



**CÂMARA DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE  
E DE ÁREAS PROTEGIDAS**  
**Ata da 47ª reunião, realizada em 26 de agosto de 2020**

1 Em 26 de agosto de 2020, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Proteção à  
2 Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB) do Conselho Estadual de Política  
3 Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de  
4 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram  
5 os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Cláudio Vieira  
6 Castro, representante da SEMAD. Representantes do poder público: Verônica  
7 Ildefonso Cunha Coutinho, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Laura  
8 de Moraes Andrade Coutinho, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento  
9 Econômico (Sede); Rogério Pedersoli de Lima, da Secretaria de Estado de  
10 Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra); Juliana Ordones Rego, do Conselho  
11 Regional de Biologia (CRBio) - 4ª Região; Junio Augusto dos Santos Silva, do  
12 Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis em  
13 Minas Gerais (Ibama); Emílio Elias Mouchrek Filho, do Conselho Regional de  
14 Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea). Representantes da sociedade  
15 civil: Thiago Rodrigues Cavalcanti, da Federação das Indústrias do Estado de  
16 Minas Gerais (Fiemg); Adriano Nascimento Manetta, da Câmara do Mercado  
17 Imobiliário de Minas Gerais (CMI); Luiz Gustavo Nunes Vieira da Silva, da  
18 Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda); Edson Valgas de Paiva, da  
19 Fundação Relictos de Apoio ao Parque Estadual do Rio Doce; Mônica Veloso de  
20 Oliveira, da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Minas Gerais (OAB);  
21 Alexandre Túlio Amaral Nascimento, da Universidade do Estado de Minas Gerais  
22 (Uemg). **Assuntos em pauta.** **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL**  
23 **BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O  
24 presidente Cláudio Vieira Castro declarou aberta a 47ª reunião da Câmara de  
25 Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas. **3) COMUNICADOS DOS**  
26 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Alexandre Túlio Amaral  
27 Nascimento: “Eu gostaria de compartilhar uma reflexão que eu tenho tido com  
28 este Conselho, com esse trabalho que temos feito na CPB. E me parece que este  
29 é o melhor momento, nesta pauta de assuntos gerais. Esta é a quinta reunião da  
30 CPB de que nós participamos e trabalhamos com os processos, e desde o início  
31 eu tenho tentado ter uma postura curiosa e bastante atento para tentar entender  
32 como funciona esta Câmara Técnica responsável pela conservação da  
33 biodiversidade e pelas áreas protegidas no nosso Estado. Eu tenho percebido,  
34 com o passar das reuniões e o estudo dos processos, que existe uma  
35 engrenagem um tanto quanto negativa quanto contraditória na conservação de  
36 biodiversidade e na viabilidade das nossas unidades de conservação.

37 Contraditória porque viabiliza isso na medida em que há mais e mais impactos, e  
38 a maioria desses impactos é relacionada a um extrativismo que eu acredito que é  
39 muito ultrapassado nesta terceira década do século XXI. Nós vemos que o órgão  
40 ambiental e o Estado têm dados crescentes e cada vez melhores de gestão  
41 ambiental, porém esses dados de gestão ambiental não são refletidos no território  
42 e no ganho de biodiversidade no território, que é o que realmente interessa para  
43 a sociedade e para o órgão ambiental. Reflexo disso é que, por exemplo, Minas  
44 Gerais, nos últimos anos, é o Estado campeão em perda de Mata Atlântica. E nós  
45 temos dados muito claros e muito robustos sobre isso. Enfim, como conselheiro,  
46 eu gostaria de levantar essa reflexão. Eu acho que este Conselho precisa ter  
47 ciência dessa realidade. Eu sei que no inciso I do artigo 13 daquele decreto que  
48 define o funcionamento do COPAM é atribuído à CPB, inclusive, a reflexão sobre  
49 políticas públicas. Porém, até o momento, não chegou até nós nenhuma avaliação  
50 nesse sentido. Mas eu acho que cabem muitas mudanças, principalmente no  
51 sentido de inserir critérios mais antenados com a ciência de ponta, com a ciência  
52 moderna, especialmente no que se refere a análise de paisagem, ecologia  
53 espacial, além de outros paradigmas que estão na pauta do dia, como  
54 bioeconomia. Nós somos o Estado do Cerrado, um Estado de Mata Atlântica  
55 também, tem muitas oportunidades nesse sentido, sem falar a questão de  
56 restauração ecológica, que é uma oportunidade evidenciada por dados e fatos  
57 científicos para este momento contemporâneo que vivemos. Então eu gostaria de  
58 compartilhar essa reflexão. Não tenho clareza ainda de como atuar no sentido  
59 mais provocativo de políticas públicas junto a este Conselho, mas eu queria deixar  
60 essa reflexão, provocação. E não deixa de ser um desabafo.” Presidente Cláudio  
61 Vieira Castro: “Eu ouvi atentamente as suas colocações e só gostaria de dizer,  
62 conselheiro, que, lamentavelmente, nós fomos colhidos neste ano por esta  
63 situação de estarmos vivendo esse período de pandemia, com essa dificuldade  
64 que estamos tendo de nos reunirmos etc. Mas eu reitero um convite que já fiz  
65 anteriormente, que o senhor possa conhecer as nossas atividades no IEF,  
66 conhecer as nossas equipes técnicas, os trabalhos que têm sido desenvolvidos.  
67 Eu refaço esse convite. Eu acho muito importante, muito interessante, a sua  
68 participação tem sido bastante salutar e importante para discussões deste  
69 Conselho. Eu reforço esse nosso convite para que o senhor venha nos conhecer  
70 melhor, mais de perto, e os trabalhos que têm sido desenvolvidos no IEF. Então  
71 reitero o meu convite ao conselheiro. Obrigado pelas suas colocações.”  
72 Conselheiro Edson Valgas de Paiva: “A manifestação é no sentido de apresentar  
73 aqui uma solicitação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu e deixar  
74 registrado que o Paracatu, na sua última reunião, aprovou uma moção  
75 endereçada à Gerência de Compensação Ambiental do IEF, na qual o Comitê,  
76 preocupado com os critérios e a situação de distribuição dos recursos da  
77 compensação ambiental, solicita à GCA algumas informações acerca do que já  
78 foi arrecadado até o momento em compensações ambientais de  
79 empreendimentos instalados na Bacia do Rio Paracatu. E também endereça aqui

80 à Câmara um apelo para que os recursos originados de processos de  
81 empreendimentos instalados na Bacia do Rio Paracatu sejam endereçados ao  
82 Parque Estadual de Paracatu. Inclusive, hoje, por coincidência, tem um processo  
83 aqui que nós vamos discutir em que o parque é um dos beneficiados. Então eu  
84 gostaria de deixar aqui registrada essa manifestação do Comitê do Rio Paracatu  
85 sobre essa preocupação da distribuição dos recursos.” Presidente Cláudio Vieira  
86 Castro: “Só registrando também que já recebemos essa moção, estamos  
87 elaborando a resposta, que vai ser encaminhada ao Comitê.” Tobias Tiago Pinto  
88 Vieira/Movimento Verde de Paracatu: “Bom dia, pessoal, prazer. Para quem não  
89 me conhece –acho que talvez o Cláudio não me conheça, o Edson, alguns não  
90 me conheçam ainda –, eu sou Tobias, de Paracatu, e venho me manifestar no  
91 mesmo sentido do Edson Valgas. Eu sou coordenador da Câmara Técnica de  
92 Outorga e Cobrança do CBH Paracatu, e estamos assistindo já há algum tempo  
93 essas destinações dos recursos de compensação ambiental serem feitas pelo IEF  
94 para outras unidades de conservação para regularização fundiária,  
95 principalmente. Em uma oportunidade anterior, eu fui a uma reunião da CPB,  
96 presencialmente, solicitar que um pagamento de compensação ambiental no valor  
97 de R\$ 100 mil fosse destinado ao Parque Estadual. Inclusive, eu fui responsável  
98 por montar um desses processos de compensação, junto com um contador aqui,  
99 e anexei um documento solicitando que esses recursos fossem destinados, pelo  
100 menos em parte, ao Parque de Paracatu. E essa conversa reacendeu depois da  
101 minha última reunião no Plenário do COPAM, do qual eu sou conselheiro. E eu vi  
102 o Malard apresentar um plano de reabertura dos parques, e em momento nenhum  
103 citou o Parque de Paracatu. Então me parece que o parque está um pouco  
104 esquecido. Aqui nós não temos problema de regularização fundiária, a Kinross já  
105 vem fazendo a compra de áreas e doando ao Estado já há algum tempo, desde  
106 2014, se não me engano. E eu acho que neste momento é muito importante que  
107 essa resposta seja dada ao CBH Paracatu e não só a resposta, mas como seja  
108 feita a destinação de algum recurso. O Parque de Paracatu já vem com muitas  
109 dificuldades, é o parque que protege os mananciais que abastecem o Santa  
110 Isabel, que é o rio onde a cidade é abastecida. E é de fundamental importância  
111 que esse parque funcione, não entre mais fogo. Ano passado, teve muito incêndio  
112 no parque, e nós não temos brigada, não temos estrutura. ‘Nós’, quando eu digo,  
113 eu falo em nome da população, eu não faço parte de nada do parque. Eu vejo a  
114 dificuldade. Conversei com a Junia, um tempo atrás, e ela em busca de recursos,  
115 desesperada, para conseguir fazer alguma coisa. Como nós estamos muito longe  
116 de Belo Horizonte, talvez isso dificulte. Então em nome da sociedade civil, em  
117 nome do Comitê da Bacia, eu venho pedir, encarecidamente, que a Câmara de  
118 Proteção à Biodiversidade destine os recursos da bacia para o Parque de  
119 Paracatu, por favor. Eu faço parte de uma ONG, que se chama Movimento Verde  
120 de Paracatu, e estamos à disposição de colaborar, caso seja necessário, assim  
121 como o Comitê da Bacia está à disposição do IEF e da gerência para identificar  
122 qualquer oportunidade no parque. Eu quero agradecer ao Edson, que se

123 manifestou por nós. É uma causa realmente importante, o parque precisa de  
124 recurso. Obrigado, pessoal.” Presidente Cláudio Vieira Castro: “Nós é que  
125 agradecemos, Sr. Tobias. Muito obrigado mesmo por sua manifestação. O IEF  
126 tem 42 parques no total. São 93 unidades de conservação, e o IEF tem 42 parques  
127 estaduais, e nenhum deles é mais, ou menos, importante. Nós temos especial  
128 cuidado e apreço por cada um deles. Evidentemente que, por situações diversas  
129 e por uma série de dificuldades, nem sempre conseguimos implementar aquilo  
130 que gostaríamos de implementar. Mas toda a nossa atenção está voltada para  
131 uma efetiva implantação dos parques. Nós trabalhamos com o conceito da  
132 consolidação da unidade de conservação. Uma unidade consolidada é uma  
133 unidade que cumpre a finalidade para a qual ela foi criada, cumpre os objetivos  
134 de criação. E nós temos mensurado o quão distante cada unidade de conservação  
135 está desse objetivo de consolidação e quais são os investimentos necessários. E  
136 aí nós vamos fazendo essa distribuição. Agora, eu entendo, particularmente, que  
137 esses recursos que provêm das compensações têm um papel fundamental nisso.  
138 E existe todo um planejamento nessa direção. Hoje, por exemplo, nós temos esse  
139 processo. Não sei se, coincidentemente, a sua participação. Nós temos um  
140 processo na pauta hoje que trata, especificamente, de recursos regionais. Está  
141 sendo feito um apontamento à CPB de que sejam destinados ao Parque de  
142 Paracatu. Eu quero dizer que também no IEF estamos à disposição, e essa  
143 parceria, com certeza, é muito importante, extremamente importante, porque a  
144 sociedade participando dessa gestão é fundamental na estruturação da unidade.  
145 Eu quero te agradecer enormemente por sua participação. Não te conhecia ainda,  
146 mas já começamos bem. Foi um prazer ouvi-lo com essas colocações. Muito  
147 obrigado. Estamos à disposição aqui no IEF.” **4) EXAME DA ATA DA 46ª**  
148 **REUNIÃO.** Baixada em diligência a ata da 46ª reunião da Câmara de Proteção à  
149 Biodiversidade e de Áreas Protegidas, realizada em 29 de julho de 2020, para  
150 inclusão de transcrição específica requerida pela Uemg, relativa ao item 7.1, da  
151 Vale S/A. **5) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE**  
152 **COMPENSAÇÃO AMBIENTAL CONFORME POA 2020. 5.1) São Lourenço**  
153 **Empreendimentos Florestais S/A. Culturas anuais, semiperenes e perenes,**  
154 **silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura. Coração de**  
155 **Jesus, São João da Lagoa e São João do Pacuí/MG. PA 13362/2011/002/2018.**  
156 **Classe 4. Apresentação: GCA/IEF.** Compensação ambiental aprovada por  
157 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede,  
158 Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg.  
159 Ressalvas registradas na votação em bloco dos itens 5.1, 5.2, 5.3, 5.4, 5.6, 5.7 e  
160 5.8. Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Voto favorável em todos os  
161 processos, somente registrando a discordância em relação à dupla marcação de  
162 biomas nos itens 5.1, 5.2, 5.3 e 5.4 e a marcação de interferência em unidade de  
163 conservação no item 5.7, visto que o empreendimento está a 13 km da unidade  
164 de conservação.” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Voto favorável  
165 também com as mesmas ressalvas, pela dupla marcação dos biomas nos itens

166 5.1, 5.2, 5.3 e 5.4 e essa situação de entorno duplo ou dupla interpretação no item  
 167 5.7, porque pega uma bordinha do perímetro de 3 km em relação ao  
 168 empreendimento, em uma bordinha da zona de amortecimento do Parque do  
 169 Rola-Moça, que tem 10 km de extensão, e a mina fica a 13 km do parque. E  
 170 mesmo assim foi entendido que há interferência na UC.” **5.2) Carlos Maurício**  
 171 **Vasconcelos Gonzaga. Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura**  
 172 **e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura; criação de bovinos,**  
 173 **bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo;**  
 174 **criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em**  
 175 **regime de confinamento; beneficiamento primário de produtos agrícolas:**  
 176 **limpeza, lavagem, secagem, despulpamento, descascamento, classificação**  
 177 **e/ou tratamento de sementes; postos revendedores, postos ou pontos de**  
 178 **abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de**  
 179 **combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação.**  
 180 **Uberaba/MG. PA 08550/2017/001/2017. Classe 4. Apresentação: GCA/IEF.**  
 181 Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer  
 182 Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI,  
 183 Amda, Relictos, OAB e Uemg. **5.3) Duratex Florestal Ltda. Culturas anuais,**  
 184 **semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto**  
 185 **horticultura. Uberlândia/MG. PA 28347/2016/001/2017. Classe 4.**  
 186 **Apresentação: GCA/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade  
 187 nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio,  
 188 Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. **5.4) ABC Agricultura e**  
 189 **Pecuária S/A. ABC A&C. Fazenda Cachoeira. Culturas anuais, excluindo a**  
 190 **olericultura; horticultura; extração de areia e cascalho. Monte Alegre de**  
 191 **Minas/MG. PA 16518/2009/001/2020. Classe 5. Apresentação: GCA/IEF.**  
 192 Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer  
 193 Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI,  
 194 Amda, Relictos, OAB e Uemg. **5.5) BRF S/A. Granja E. Suinocultura; avicultura**  
 195 **de postura; silvicultura. Uberlândia/MG. PA 20268/2016/001/2017. Classe 4.**  
 196 **Apresentação: GCA/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade  
 197 nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio,  
 198 Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. Destaques. Conselheiro  
 199 Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Favorável com ressalva em relação à marcação do  
 200 item ecossistemas especialmente protegidos.” Conselheiro Adriano Nascimento  
 201 Manetta: “Voto favorável com ressalva à marcação de ecossistemas  
 202 especialmente protegidos.” Manifestações da área técnica do IEF justificando a  
 203 marcação do item ecossistemas especialmente protegidos. Elenice Azevedo de  
 204 Andrade/IEF: “Nós não usamos mais a 14.309, porque ela já foi revogada pela  
 205 20.922 há muito tempo. Então a 14.309 já está fora desde quando a 20.922 entrou  
 206 em vigor. Então ela já está revogada. Quanto à marcação, o bioma é Cerrado,  
 207 mas toda vez que tem Vereda nós protegemos a Vereda através da lei, pela Lei  
 208 da Mata Atlântica. E nesse parecer tem Cerradão, que é do bioma Cerrado, e

209 Vereda. Por isso que os dois itens foram marcados. Não pela 14.309, e sim por  
210 ser Vereda, que é protegida pela 11.428.” Presidente Cláudio Vieira Castro: “Só  
211 uma ressalva, porque a Elenice falou da 11.428, mas é a Constituição do Estado  
212 que foi citada, inclusive, literalmente. Artigo 214. Só para deixar esclarecido esse  
213 ponto.” Thiago/GCA/IEF: “Eu só queria citar o conceito de ecossistema. É o  
214 conceito de Odum, de 1972: ‘Ecossistema é qualquer unidade que inclua a  
215 totalidade dos organismos de uma determinada área, que atua em reciprocidade  
216 com o meio físico de modo que uma corrente de energia conduz a uma estrutura  
217 trófica, a uma diversidade biótica e a ciclobiogeocímicos.’ Vereda é um  
218 ecossistema, está muito claro, porque inclui o meio biótico, inclui o meio físico,  
219 tem uma questão de água ali, tem uma ciclagem biogeoquímica, tem materiais  
220 que caem na água, tem o solo todo particular. Tem uma troca entre o meio físico  
221 e o meio biótico. Está muito claro para mim que Vereda é um ecossistema. Eu  
222 não sou advogado, mas a Vereda está protegida pela Constituição. Tem um  
223 ecossistema, e por esse conceito de ecossistema até uma bromélia, dependendo  
224 do caso, pode ser considerado um pequeno ecossistema. E estamos falando de  
225 Vereda. Pensa na Vereda: tem um ecossistema que é protegido pela Constituição,  
226 que é a lei maior, e por isso nós marcamos. Está muito claro para mim.” **5.6) Cala -**  
227 **Calcário Lagamar Indústria e Comércio Ltda. Lavra a céu aberto ou**  
228 **subterrânea em áreas; estrada para transporte de minério/estéril; unidade**  
229 **de Minerais; posto revendedores, postos ou pontos de abastecimento,**  
230 **instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e**  
231 **postos revendedores de combustíveis para aviação. Lagamar/MG. PA**  
232 **00043/1986/007/2008; PA 00043/1986/010/2014. Classe 4. Apresentação:**  
233 **GCA/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do  
234 Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea,  
235 Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. **5.7) Vale S/A. Mina de Abóboras.**  
236 **Mina Fazenda do Peixe. Lavra a céu aberto sem tratamento ou com**  
237 **tratamento a seco; unidade de tratamento de minerais (UTM); pilhas de**  
238 **rejeito/estéril. Minério de ferro (PDE Vale do Quartzito). Nova Lima e Rio**  
239 **Acima/MG. PA 00237/1994/095/2011. Classe 4. Apresentação: GCA/IEF.**  
240 Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer  
241 Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI,  
242 Amda, Relictos, OAB e Uemg. **5.8) Algar Farming S/A. Culturas anuais,**  
243 **excluindo a olericultura. Tupaciguara/MG. PA 02911/2005/001/2005. Classe**  
244 **3. Apresentação: GCA/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade  
245 nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio,  
246 Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. **5.9) ArcelorMittal Brasil**  
247 **S/A. Mina Andrade. Pilhas de rejeito/estéril; lavra a céu aberto sem**  
248 **tratamento ou com tratamento a seco; GLP. Bela Vista de Minas/MG. PA**  
249 **00105/1998/006/2006; PA 00105/1998/010/2008. Classe 6. Apresentação:**  
250 **GCA/IEF.** Processo baixado em diligência pela Presidência para reavaliação da  
251 área técnica do IEF quanto à marcação do item interferência em unidade de

252 conservação de proteção integral e a distribuição de valores. **6) PROCESSO**  
253 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**  
254 **DECORRENTE DA INSTALAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS MINERÁRIOS.**  
255 **6.1) Kinross Brasil Mineração S/A. Mina de ouro; pilha de estéril; área**  
256 **industrial planta (I e II); planta de hidrometalurgia (II e III); disposição de**  
257 **rejeitos (barragem Santo Antônio, Eustáquio e tanques específicos); áreas**  
258 **de apoio (escritórios, refeitórios, depósitos, subestações de energia etc.).**  
259 **Paracatu/MG. PA 00099/1985/060/2011; PA 00099/1985/062/2011; PA**  
260 **00099/1985/076/2011; PA 00099/1985/080/2011; Daia 070300000/16, ANM:**  
261 **930.310/2003. Classe 6. Apresentação: Escritório Regional Noroeste/IEF.**  
262 **Processo retirado de pauta com pedido de vista da Fiemg. 7) PROCESSOS**  
263 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**  
264 **DECORRENTE DO CORTE E/OU SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA**  
265 **PERTENCENTE AO BIOMA MATA ATLÂNTICA. 7.1) Cemig Distribuição S/A.**  
266 **Implantação de linhas de distribuição. Municípios: Bom Despacho,**  
267 **Buritzeiro, Coração de Jesus, Dolores do Indaiá, Francisco Sá, Grão Mogol,**  
268 **Ibiaí, Jaboticatubas, Jequitibá, Montes Claros, Ouro Preto, Pirapora, Ponto**  
269 **Chique, São Romão, Ubaí/MG. PA 02000001145/19; PA 08030001136/19; PA**  
270 **13010000411/20. Classe 3. Apresentação: Escritório Regional**  
271 **Metropolitana/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos**  
272 **termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama,**  
273 **Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. Destaques. Conselheira Juliana**  
274 **Ordones Rego: “Meu voto é favorável, com a ressalva da deficiência dos mapas**  
275 **na apresentação do parecer.” Conselheiro Alexandre Túlio Amaral Nascimento:**  
276 **“Favorável, mas também com a observação de que tem um empreendimento de**  
277 **supressão de 40 hectares que está compensando 80 hectares dentro de uma**  
278 **unidade de conservação. A observação vai no mesmo sentido do que eu tenho**  
279 **dito nessas reuniões da CPB. A colocação é no sentido de que não tem ganho de**  
280 **Mata Atlântica, porque a área perdida está sendo totalmente compensada dentro**  
281 **de uma unidade de conservação, ainda que seja o dobro da área suprimida.” 7.2)**  
282 **Vale S/A. Mina de Alegria. Pilha de Estéril Portaria. Mariana/MG. PA**  
283 **00182/1987/082/2010, ANM 930.193/1982. Classe 6. Apresentação: URFBio**  
284 **Centro-Sul. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do**  
285 **Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea,**  
286 **Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. Destaque. Conselheiro Alexandre**  
287 **Túlio Amaral Nascimento: “Favorável com a observação, conforme eu fiz no início**  
288 **desta reunião hoje, de que as compensações por supressão de vegetação no**  
289 **bioma Mata Atlântica feitas com regularização fundiária em unidades de**  
290 **conservação tendem a nos colocar continuamente nessa posição do Estado**  
291 **campeão em perda de cobertura de Mata Atlântica.” Durante a discussão deste**  
292 **item de pauta, o conselheiro representante da Uemg registrou solicitação ao IEF**  
293 **para que sejam apresentadas imagens mais nítidas nos pareceres para**  
294 **identificação das áreas indicadas dos empreendimentos em geral. No caso**

295 específico deste processo, o conselheiro considerou ausência de mapa que  
296 mostrasse a localização da propriedade dentro do Parque Nacional do Gandarela,  
297 onde se pretende a compensação. O conselheiro solicitou que os locais sejam  
298 evidenciados por imagens que mostrem a conectividade. “Os pareceres precisam  
299 ter imagens mais nítidas, mas legíveis e mais condizentes com os escritos textuais  
300 do parecer”, destacou o conselheiro Alexandre Túlio Amaral Nascimento. **7.3)**  
301 **Vale S/A. Mina Brucutu. Diques de proteção de margens de cursos d’água;**  
302 **ampliação do dique de contenção de sedimentos da PDE 3 São Gonçalo do**  
303 **Rio Abaixo/MG. PA 00022/1995/055/2010, ANM 806.909/1974. Classe 6.**  
304 **Apresentação: URFBio Centro-Sul.** Compensação ambiental aprovada por  
305 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede,  
306 Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. **7.4) Vale**  
307 **S/A. Expansão da Mina de Fábrica Nova. Lavra a céu aberto e pilha de**  
308 **rejeito/estéril. Mariana/MG. PA 00182/1987/071/2009. Classe 6.**  
309 **Apresentação: URFBio Centro-Sul.** Compensação ambiental aprovada por  
310 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede,  
311 Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. **7.5)**  
312 **Usina de Energia Fotovoltaica Janaúba Ltda. Linha de Transmissão Janaúba**  
313 **500KV. Janaúba/MG. AIA 2434/2020. Apresentação: Escritório Regional**  
314 **Norte/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do  
315 Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea,  
316 Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. Destaques. Conselheiro Junio  
317 Augusto dos Santos Silva: “Favorável. Eu gostaria que constasse a ressalva de  
318 que deveria ficar claro qual vai ser o procedimento de supressão em relação à  
319 linha de transmissão, se na área de servidão ou se vai ser de corte raso mesmo.”  
320 Conselheiro Alexandre Túlio Amaral Nascimento: “Favorável. Eu gostaria de  
321 endossar a observação do Junio, do Ibama, sobre o tipo de corte que vem a ser  
322 feito nesse tipo de empreendimento, que vai repercutir diretamente no grau de  
323 isolamento.” **7.6) Fundação Renova. Regularização das obras de dragagem e**  
324 **disposição de rejeitos na fazenda Floresta e recuperação das margens e**  
325 **setores e Trecho 12, pilhas de rejeito/estéril; dragagem para**  
326 **desassoreamento de corpos d’água; mineroduto ou rejeitoduto externo aos**  
327 **limites de empreendimentos minerários; britamento de pedras para**  
328 **construção; barragem de acumulação de água para abastecimento público,**  
329 **industrial e na mineração ou para perenização; canalização e/ou retificação**  
330 **de curso d’água; barragem de contenção de resíduos ou rejeitos da**  
331 **mineração e outras formas de destinação de resíduos não listadas ou não**  
332 **classificadas. Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado/MG. PA 1496/2020.**  
333 **Processo SEI 1370.01.0017260/2020-47. Classe 6. Apresentação: Suppri.**  
334 **Compensação ambiental aprovada por maioria nos termos do Parecer Único.**  
335 **Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda,**  
336 **Relictos e OAB. Voto contrário: Uemg. Justificativa de voto contrário. Conselheiro**  
337 **Alexandre Túlio Amaral Nascimento:** “Eu voto contra por entender que há Áreas



338 de Preservação Permanente. Ainda que sejam consolidadas, antropizadas, APPs  
339 são sempre APPs. E tem áreas bem maiores do que está sendo proposto para  
340 compensação.” 7.7) **Gerdau Açominas S/A. Mina Várzea do Lopes. Lavra a**  
341 **céu aberto. Minério de ferro. ANM 932.705/2011. Itabirito/MG. PA**  
342 **01776/2004/029/2018. Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016 artigo 14, inciso**  
343 **III, alínea b). Apresentação: Supram Central Metropolitana. Processo retirado**  
344 **de pauta com pedido de vista da Uemg e vista conjunta solicitada pela Fiemg. 8)**  
345 **PLANOS DE TRABALHO PARA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DE**  
346 **COMPENSAÇÃO AMBIENTAL PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO NOS**  
347 **TERMOS DO INCISO XIII DO ARTIGO 13 DO DECRETO ESTADUAL Nº**  
348 **46.953/2016. 8.1) Contratação de serviço de consultoria para elaboração de**  
349 **planos de manejo das unidades de conservação do Parque Estadual**  
350 **Caminho dos Gerais e do Parque Estadual Lapa Grande. Apresentação:**  
351 **Gerência de Unidades de Conservação e Manejo/GCMUC/IEF. Plano de**  
352 **Trabalho aprovado por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos**  
353 **favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda,**  
354 **Relictos, OAB e Uemg. 8.2) Contratação de serviço de consultoria para**  
355 **elaboração de planos de manejo das unidades de conservação do Parque**  
356 **Estadual Sete Salões, do Parque Estadual Serra da Candonga e do**  
357 **Monumento Natural Estadual Pico da Ibituruna. Apresentação: Gerencia de**  
358 **Unidades de Conservação e Manejo/GCMUC/IEF. Plano de Trabalho aprovado**  
359 **por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede,**  
360 **Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. 8.3)**  
361 **Contratação de serviço de consultoria para elaboração de planos de manejo**  
362 **das unidades de conservação do Parque Estadual da Baleia e do**  
363 **Monumento Natural Estadual Pico do Itabirito. Apresentação: Gerência de**  
364 **Unidades de Conservação e Manejo/GCMUC/IEF. Plano de Trabalho aprovado**  
365 **por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede,**  
366 **Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. 8.4)**  
367 **Aquisição de trator cortador de grama a gasolina para manutenção das**  
368 **áreas do Parque Estadual do Itacolomi. Apresentação: Gerência de**  
369 **Unidades de Conservação e Manejo/GCMUC. Plano de Trabalho aprovado por**  
370 **unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede,**  
371 **Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. 8.5)**  
372 **Aquisição de trator cortador de grama a gasolina para manutenção das**  
373 **áreas de lazer e entorno da Sede do Centro Integrado do Heliponto e das**  
374 **residências do Parque Estadual da Serra do Rola Moça. Apresentação:**  
375 **Gerência de Unidades de Conservação e Manejo/GCMUC. Plano de Trabalho**  
376 **aprovado por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis:**  
377 **Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e**  
378 **Uemg. 8.6) Aquisição de roupas de cama, mesa e banho para serem**  
379 **utilizadas nos alojamentos das Unidades de Conservação Estaduais de**  
380 **Minas Gerais pertencentes às Bacias do Rio São Francisco e Rio Doce.**

381 **Apresentação: Gerência de Unidades de Conservação e Manejo/GCMUC.**  
382 Plano de Trabalho aprovado por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos  
383 favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda,  
384 Relictos, OAB e Uemg. **8.7) Plano de trabalho para contratação de serviços**  
385 **de prevenção e combate a incêndios florestais para as Unidades de**  
386 **Conservação Estaduais de Minas Gerais pertencentes às Bacias do Rio São**  
387 **Francisco e Rio Doce. Apresentação: Previncêndio/Diuc.** Plano de Trabalho  
388 aprovado por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis:  
389 Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Relictos, OAB e Uemg.  
390 Impedimento: Amda. O conselheiro Luiz Gustavo Nunes Vieira da Silva, da Amda,  
391 se declarou impedido neste processo. **8.8) Plano de trabalho para aplicação de**  
392 **recursos advindos do Termo de Compromisso firmado com a Vale S/A.**  
393 **Minerações Brasileiras Reunidas S/A. (MBR) e Instituto Estadual de**  
394 **Florestas (IEF), em cumprimento de medida de condicionante do**  
395 **licenciamento ambiental do empreendimento Mina de Capão Xavier.**  
396 **Apresentação: Parque Estadual da Serra do Rola-Moça.** Plano de Trabalho  
397 aprovado por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis:  
398 Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Relictos, OAB e Uemg.  
399 Impedimento: Amda. O conselheiro Luiz Gustavo Nunes Vieira da Silva, da Amda,  
400 se declarou impedido neste processo. **9) PRESTAÇÃO DE CONTAS DO**  
401 **PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO ROLA-MOÇA REFERENTE AOS**  
402 **RECURSOS ADVINDOS DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL RELATIVOS AO**  
403 **PERÍODO DE 2019. 9.1) Empreendimento Mina de Capão Xavier: prestação**  
404 **de contas do ano de 2019. Apresentação: Parque Estadual Serra do Rola-**  
405 **Moça.** Prestação de contas aprovada por unanimidade nos termos apresentados.  
406 Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI,  
407 Relictos, OAB e Uemg. Impedimento: Amda. O conselheiro Luiz Gustavo Nunes  
408 Vieira da Silva, da Amda, se declarou impedido neste processo. **10) PROCESSO**  
409 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECONSIDERAÇÃO AO RECURSO**  
410 **CONFORME DISPÕE OS §§ 4º E 5º DO ARTIGO 7º DO DECRETO Nº**  
411 **45.175/2009. 10.1) Santa Margarida Empreendimentos Imobiliários Ltda.**  
412 **Loteamento do solo urbano para fins exclusivo ou predominantemente**  
413 **residenciais. Belo Horizonte/MG. PA 36798/2013/001/2013. Classe 5.**  
414 **Apresentação: GCA/IEF.** Aprovado por unanimidade, nos termos do Adendo ao  
415 Parecer Único, o arquivamento da proposição de compensação, em razão da  
416 suspensão do licenciamento e da inexistência de norma que estabeleça a  
417 suspensão da compensação ambiental. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra,  
418 CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. Destaques.  
419 Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Favorável, pontuando a boa solução  
420 construída pelo IEF nesse processo. Eu achava muito estranhas as hipóteses que  
421 apareciam anteriormente. Então parabéns para a equipe.” Conselheiro Alexandre  
422 Túlio Amaral Nascimento: “Favorável, com a ressalva de que haja atenção para  
423 que isso não abra brecha para outros casos, uma vez que não há nenhum

424 ordenamento jurídico sobre suspensão de compensação.” **11) PLANO DE**  
425 **MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PARA ANÁLISE E**  
426 **DELIBERAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO IV DO ARTIGO 13 DO DECRETO**  
427 **Nº 46.953/2016. 11.1) Plano de Manejo do Serra Nova e Talhado.**  
428 **Apresentação: Gerência de Implantação e Manejo das Unidades de**  
429 **Conservação. Retorno de vista: Fiemg e CMI.** Plano de Manejo aprovado por  
430 unanimidade, nos termos apresentados pelo IEF, com as alterações propostas no  
431 relato de vista conjunto Fiemg e CMI e acatadas pelo IEF. Votos favoráveis:  
432 Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e  
433 Uemg. – Aprovada por maioria nova redação no item 1 de ‘Normas específicas  
434 para a zona de amortecimento’: “Os licenciamentos ambientais de  
435 empreendimentos de significativo impacto ambiental, com fundamento em seu  
436 Estudo de Impacto ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental  
437 (EIA/Rima), localizados na ZA do Parque Estadual Serra Nova e Talhado, só  
438 poderão ser concedidos após autorização do órgão responsável pela  
439 administração da UC, nos termos da legislação vigente. A autorização deverá ser  
440 solicitada pelo órgão ambiental licenciador, antes da emissão da primeira licença  
441 prevista, ao órgão responsável pela administração da UC, que se manifestará  
442 conclusivamente após a avaliação dos estudos ambientais exigidos dentro dos  
443 procedimentos de licenciamento ambiental, a partir do recebimento da solicitação.  
444 Nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos à  
445 elaboração de EIA/Rima e localizados na ZA do Parque Estadual Serra Nova e  
446 Talhado, o órgão ambiental licenciador deverá dar ciência ao órgão responsável  
447 pela administração da UC, nos termos da legislação vigente.” Votos favoráveis:  
448 Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Relictos e OAB. Voto  
449 contrário: Amda e Uemg. Justificativas de votos contrários. Conselheiro Luiz  
450 Gustavo Nunes Vieira da Silva: “Como gestor da zona de amortecimento, cabe a  
451 anuência em qualquer atividade de significativo impacto ambiental, desde que  
452 reconhecida pelo órgão ambiental como de significativo impacto ambiental, não  
453 somente o EIA/Rima. Porque, pelo texto, deixa claro que é o EIA/Rima que define  
454 se é de significativo impacto.” Conselheiro Alexandre Túlio Amaral Nascimento:  
455 “Deixando o registro de que se faz necessário desvincular significativo impacto  
456 ambiental de EIA/Rima e a necessidade de se reverem alguns fatores da  
457 legislação e do ordenamento vigente no Estado.” – Aprovada por unanimidade  
458 nova redação no item 2 de ‘Normas específicas para a zona de amortecimento’:  
459 “A supressão de vegetação primária e secundária nos estágios médio e avançado  
460 de regeneração no Bioma Mata Atlântica somente poderá ser autorizada quando  
461 inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto, de acordo  
462 com a legislação vigente.” Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama,  
463 Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. – Aprovada por unanimidade  
464 nova redação no item 3 de ‘Normas específicas para a zona de amortecimento’:  
465 “Deve ser estimulada prioritariamente pelos órgãos do Estado a adoção de  
466 práticas ambientais adequadas na ZA, coibindo aquelas atividades não permitidas

467 pela legislação vigente.” Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama,  
468 Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. **12) ENCERRAMENTO.** Não  
469 havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Cláudio Vieira Castro  
470 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

471

472

473

474

475

476

477

---

## **APROVAÇÃO DA ATA**

---

**Cláudio Vieira Castro**  
**Presidente da Câmara de Proteção**  
**à Biodiversidade e de Áreas Protegidas**